

## ***JECA TATU E O PROCESSO CIVILIZADOR DA FAMÍLIA RURAL BRASILEIRA***

Prof. Dr. Carlos Renato Carola<sup>1</sup>

### **Introdução**

A idéia de “modernizar” a estrutura agrária do Brasil emerge como um desafio colocado para a Primeira República, tanto quanto para os governos que assumiram o controle do Estado no período de 1930 a 1964. Evidentemente que cada época expressa um modelo predominante de sociedade e cada governo procura solucionar os principais problemas nacionais existentes no seu período de gestão. Mesmo levando em consideração as circunstâncias história de cada época, percebe-se que a medida que os países industrializados expandem seus mercados para além das fronteiras nacionais, impunha-se para as sociedades não industrializadas a necessidade de modernização da estrutura produtiva do meio rural. Porém, numa época em que a estrutura econômica e política do Brasil ainda estavam fortemente arraigada no mundo rural, cujos traços culturais expressavam ainda a mentalidade colonial, o desafio da modernização significou o confronto entre forças pelo controle o Estado, resultando no reordenamento do poder institucional a partir de 1930.

No âmbito da necessidade da modernização havia pelo menos dois grandes problemas a se resolver: o problema da reforma agrária e o problema da cultura tradicional do homem rural. Para alguns políticos e intelectuais comprometidos com o ideal de uma sociedade industrial civilizada a modernização implicava necessariamente a realização de uma reforma agrária. Entretanto, as elites mais conservadoras conseguiram modernizar o setor rural brasileiro sem transformar a estrutura fundiária, postergando a reforma agrária para o século XXI. Ao mesmo tempo em que se protelava a reforma agrária, a tensão política e social gerada em torno dela impulsionava a realização de políticas governamentais no sentido de melhorar ou pelo menos amenizar as deficiências de ordem econômica do setor produtivo e melhorar as condições de vida da família rural.

De um modo geral, o problema da estrutura agrária brasileira - motivo e pretexto de intensos debates e embates político-econômico – esteve na ordem do dia durante praticamente todo o século XX. A necessidade de se fazer uma reforma agrária em função de um novo

---

<sup>1</sup> Professor do Curso de História da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC); mestre em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); e doutor em História pela Universidade de São Paulo (USP).

modelo de desenvolvimento para o país provocou setores da intelectualidade brasileira a se posicionarem contra ou a favor, inspirando inclusive poetas e escritores; atraiu o interesse de organizações comunistas, instituições civis e setores religiosos, principalmente da Igreja Católica; provocou reações das oligarquias rurais e das camadas mais conservadoras da sociedade. E em que pese as diferenças ideológicas e os interesses econômicos e políticos imbricados nessa trama social, havia pelo menos um consenso: todos que sonhavam com a materialização de um Brasil moderno, acreditavam na necessidade de modernizar a estrutura agrária e transformar o “homem” rural num sujeito civilizado. Esta é questão central deste breve artigo.

### **Agricultura, civilização e modernização**

*Se não foi a rigor uma civilização agrícola o que os portugueses instauraram no Brasil, foi, sem dúvida, uma civilização de raízes rurais (...)*<sup>2</sup>

No século XIX, um dos clássicos debates ocorrido no mundo ocidental foi sobre a “verdadeira” origem da riqueza de uma nação, discussão que no Brasil se fez presente no período imperial, desafiou a Primeira República e se inverteu a ordem da questão a partir da era Vargas. E mesmo considerando a tomada de controle do Estado por Getúlio Vargas como a expressão predominante de forças industriais e urbanas, essa clássica polêmica continuou impulsionando disputas e debates para além da segunda metade do século XX. Em 1939, por exemplo, Luis Amaral publicou a *História Geral da Agricultura Brasileira* defendendo a tese de que a atividade agrícola, além de ser “a única indústria verdadeiramente produtora”, imprescindível para a vida, também era a “única realmente moral e moralizadora”. Amaral ressaltava ainda que “todas as nossas riquezas, todas as nossas ciências e artes, todas as maravilhas da indústria, todas as elegâncias da vida moderna não seriam possíveis sem o trabalho da terra”. Do seu ponto de vista, era “do seio da terra que saem todas as matérias com que a humanidade elabora a civilização”.<sup>3</sup>

Luis Amaral estabelece uma significativa relação entre agricultura e civilização. A terra era concebida como a principal fonte de riqueza, mas esta riqueza só se viabilizava concretamente pela ação do homem. Mas “se o homem é ainda um selvagem, que sobre os irracionais tem apenas a inteligência, a Agricultura é essa cousa rudimentar, que consiste na

---

<sup>2</sup> S. B. de HOLANDA, Raízes do Brasil, 1995, p. 73.

<sup>3</sup> L. AMARAL, História geral da agricultura brasileira, 1939, p. XI-XIII.

apropriação dos frutos da natureza e, como grau máximo, na semeadura de alguns grãos a isso reservados”. Por outro lado, se homem evolui gradativamente, aprendendo a técnica da domesticação, da seleção das sementes, compreende a necessidade de implementar a “doutrina da restituição e adota a química agrícola; e se arma dos meios de defesa contra os inimigos de suas lavouras, aí a Agricultura atinge o apogeu e dá a vida social os característicos da civilização evoluída ao mais alto grau”.<sup>4</sup> Portanto, “a Agricultura só é realmente compensadora quando o homem atingiu grau de evolução mais ou menos notável, isto é, se civilizou e progrediu”.<sup>5</sup>

Para fazer a agricultura progredir, era necessário a assistência de um técnico especializado. Luis Amaral, então, recorre ao passado colonial para lembrar que o Brasil surgiu para a “civilização” no mesmo momento em que surgiu Ignácio de Loyola e a Companhia de Jesus. Para Amaral, os Jesuítas foram os primeiros “mestres de agricultura” do Brasil, ou seja, na perspectiva contemporânea foram os primeiros extensionistas rurais da era moderna. Na época dos jesuítas, lembra o mesmo, eles ensinavam coisas “que hoje procuramos inculcar a nossos lavradores”.<sup>6</sup>

Cerca de 100 anos antes de Luis Amaral, o francês naturalizado no Brasil, Carlos Augusto Taunay, publicou no Rio de Janeiro o *Manual do agricultor brasileiro*. O propósito principal de Taunay era o de ensinar os senhores de escravos a gerir de forma eficiente o trabalho dos escravos na produção agrícola. Sua proposta baseava-se em novas técnicas de produção e em uma nova forma de administrar a fazenda. Taunay considerava o Brasil um país abençoado pela sua riqueza natural, mas infelizmente, dizia ele, “a ignorância, os prejuízos, o apoucamento que o jugo do despotismo” havia produzido na inteligência brasileira pareciam “ter-se dados as mãos para neutralizar todas as vantagens que a natureza prodigalizou ao solo”.<sup>7</sup>

Carlos Taunay acreditava que a ciência agrícola era a base de toda a civilização e fonte de toda a riqueza.<sup>8</sup> Em termos comparativos, idealizou um amplo projeto de extensão rural para o sistema escravista brasileiro. Segundo o seu diagnóstico, o principal problema dos fazendeiros brasileiros era a administração do escravo. Considerava a escravidão como uma “violação do direito natural”, mas a justificava em função da força da tradição, das necessidades econômicas da sociedade imperial e também porque estava convencido da

---

<sup>4</sup> Ibid., p. XIV.

<sup>5</sup> Ibid., p. XV-XVI.

<sup>6</sup> Ibid., p. 15-16.

<sup>7</sup> C. A. TAUNAY (1791-1867), *Manual do agricultor brasileiro*, 2001, p. 34.

<sup>8</sup> Ibid., p. 282-299.

“inferioridade inata da raça africana”. A crença nessa suposta “inferioridade inata” tornava a instituição escravista benéfica porque ela tinha o poder de civilizar uma cultura incivilizada. Entretanto, o sistema escravista precisava ser aperfeiçoado para que pudesse cumprir melhor sua função civilizadora e assegurar a ordem política nacional. A gestão dos escravos, por exemplo, não devia ficar sob o controle da “classe mais grosseira e incapaz”, como a dos “peões, desertores e marujos, donde saem os feitores”, que só sabiam comandar “por uma visão cega e supersticiosa rotina, e pela brutalidade”.<sup>9</sup>

Taunay propunha uma gestão mais racional, mais moralizadora e mais disciplinada. Para aumentar a produtividade e exercer a sua função civilizadora, o ambiente da senzala também deveria estar limpo e conter os elementos básicos para um bom descanso; a boa saúde dos “pretos” devia ser uma preocupação do bom administrador, pois eles não conheciam os hábitos civilizados da boa higiene:

O artigo do asseio merece toda a atenção do proprietário. Os negros, por desleixo e preguiça, viveriam no lodo e podridão, razão por que fizemos da inspeção assídua das suas habitações e trastes uma das regras de disciplina. A inspeção se deve estender a todas as partes e vizinhanças do estabelecimento, e nesse particular os agricultores, e geralmente todos os brasileiros, pecam incrivelmente, pois que sendo tão extremosa a sua limpeza pessoal, a mor porção das casas oferece um grau de sujidade notável, e é raro não encontrar ao sair da cozinha um intransitável lamaçal aonde todas as águas imundas se despejam, e donde se exalam miasmas insuportáveis ao olfato e péssimos para a saúde: a porquidade natalícia dos pretos explica um costume tão detestável. As crianças habituam-se desde a infância àquele incômodo e por isso julgam que não é possível mudar esse estado de coisas, quando aliás o remédio é facilímo (...)<sup>10</sup>

Taunay alertava sobre o “perigo eminente” de deixar os escravos doentes em estado de “desleixo e abandono”. Propunha ainda que toda fazenda “bem regrada” deveria “ter uma sala ou local em situação seca e bem arejada para hospital, com camas de tabuado, boas esteiras ou enxergões, lençóis, camisas e tudo o que é necessário para a cura dos doentes, e se a situação da fazenda o permitir, deve-se ter um cirurgião de partido”.<sup>11</sup>

De certa forma o *Manual do agricultor brasileiro*, publicado em 1839, propunha um projeto de extensão rural destinado aos senhores de escravos e às autoridades governamentais. Taunay idealizou um projeto que previa um conjunto de ações articuladas que combinavam a implementação de inovações e novos métodos para a produção agrícola, uma nova forma de gestão da fazenda e a melhoria das condições de saneamento e higiene dos colonos escravos.

É bem provável que para a maioria das autoridades e fazendeiros da época, o projeto idealizado por Carlos Taunay não passava de um mero capricho de um sonhador que almejava

<sup>9</sup> Ibid., p. 35.

<sup>10</sup> Ibid., p. 88-89.

<sup>11</sup> Ibid., p. 64.

transplantar a experiência européia para uma jovem nação tropical que estava por ser construída. Cerca de cem anos mais tarde, no entanto, principalmente a partir da década de 1930, parte do que havia sido idealizado começou a ser efetivamente realizado, pois gradativamente o Estado remodelou a estrutura agrária do país em função de um novo projeto de desenvolvimento, ou seja, em função de uma futura nação industrializada à moda estadunidense.

Por meio de uma estrutura administrativa cada vez mais ampla e articulando-se com os poderes públicos de nível municipal e estadual, além de parcerias com instituições financeiras e instituições técnicas nacionais e estrangeiras, o Estado impulsionou um intenso processo de modernização do meio rural brasileiro. Para tanto, foi necessário transformar a tradicional mentalidade rural, considerada pelos propagadores do progresso industrial um poderoso obstáculo no caminho do desenvolvimento. Visando remover esse enraizado obstáculo cultural, os agentes da modernização passaram a problematizar o modo de vida do homem rural e de sua família, seus hábitos e costumes. Nesse contexto, a invenção do *Jeca Tatu* foi astutamente apropriada e difundida pelas forças do progresso, e ele cumpriu um papel estrategicamente eficiente nesse projeto de modernização que tomou a forma de um *processo civilizador*.

### ***Jeca Tatu* como símbolo do arcaico e do incivilizado**

No período da Primeira República brasileira Monteiro Lobato vivenciou um contexto de confronto entre a herança do “arcaico” mundo colonial-rural e o “moderno” mundo da cidade; conviveu com as disputas pelo controle do Estado entre as oligarquias cafeeiras e as novas força política, econômica e cultural originárias do meio urbano-industrial; e ainda presenciou o surgimento e organização da classe operária brasileira, que por meio do movimento sindical de matiz comunista e anarquista se impôs como uma nova força política no cenário nacional.

Nessa época de crises e incertezas os debates nacionais estavam polarizados entre as forças tradicionais representadas pelas oligarquias rurais e as forças modernizadoras aglutinadas no meio urbano-industrial. Os adeptos da modernidade idealizavam uma nova nação, um novo Brasil e um tipo ideal de brasileiro. Analisando atenciosamente os discursos da época, observa-se a idealização de uma sociedade industrial civilizada. Esse novo projeto de sociedade motivou a necessidade de fortalecer o sentimento de nacionalidade; motivou a

criação de políticas de saúde e higiene pública para assegurar a formação de uma população racialmente sadia e fisicamente vigorosa; impulsionou a ideologia do trabalho e do progresso.

Monteiro Lobato participou dessas discussões e disputas de várias formas. Como escritor inventou *Jeca Tatu* e este se tornou um marco divisório entre dois mundos: o mundo rural arcaico, injusto e atrasado; e o mundo moderno, urbano e industrial, representado como o novo modelo de civilização e a forma ideal para superação das injustiças sociais. Desde o início do século XX até a década 1970, *Jeca Tatu* foi um personagem ideal usado para justificar um *processo modernizador-civilizador* do meio rural brasileiro; ele esteve incorporado em discursos de políticos, de autoridades governamentais, de intelectuais, em jornais, obras literárias, cinema, etc. Ao longo do século ele sofreu algumas modificações, e mesmo assim manteve-se a essência de sua personalidade, ou seja, um sujeito qualificado como “ignorante”, um urupê no caminho da modernidade.<sup>12</sup>

Em a *velha praga*, Lobato descreve a figura de “um parasita, um piolho da terra” tipicamente brasileiro que praticava a cultura das queimadas. Esse funesto parasita da terra, dizia o mesmo, era o CABOCLO,

espécie de homem baldio, seminômade, inadaptável à civilização, mas que vive à beira dela na penumbra das zonas fronteiriças. À medida que o progresso vem chegando com a via férrea, o italiano, o arado, a valorização da propriedade, vai ele refugindo em silêncio, como o seu cachorro, o seu pilão, a pica-pau e o isqueiro, de modo a sempre conservar-se fronteiriço, mudo e sorna. Encoscorado numa rotina de pedra, recua para não adaptar-se.<sup>13</sup>

Esse típico caboclo brasileiro, na visão do jovem Lobato, era um sem-terra, um “nômade agregado” que não se ligava à terra tal como o camponês europeu. Quando surgia um sítio novo, ele armava sua “arapuca de agregado”, trazendo consigo sua “sarcopta fêmea, esta com um filhote no útero, outro ao peito, outro de sete anos à orelha da saia – este já de pitinho na boca e faca à cinta”. Na composição da família desse suposto “fazedor de sapezeiros” que perpetuava sua espécie e dava continuidade à “obra de esterilização iniciada com os remotíssimos avós”, Lobato acrescenta ainda o “cachorro sarnento, a foice, a enxada, a pica-pau, o pilãozinho de sal, a panela de barro, um santo encardido, três galinhas pevas e um galo índio”.<sup>14</sup> Quando a terra se exauria, esse agregado mudava de sítio, deixando os vestígios de sua presença pela tapera e o sapezeiro.

<sup>12</sup> Esse era um dos principais embates que se cristalizou na Primeira República e que praticamente atravessou o século XX, uma vez que a reforma agrária ou a falta dela é o que dá legitimidade e razão de existência a um dos maiores movimentos sociais da América Latina, o MST (Movimento dos Sem Terra).

<sup>13</sup> M. LOBATO, *Urupês*, 1994, p. 161.

<sup>14</sup> *Ibid.*, p. 162.

Em *urupês*, Lobato inicia seu conto lembrando da morte de Peri, “incomparável idealização dum homem natural como sonhava Rousseau, protótipo de tantas perfeições humanas, que no romance, ombro a ombro com altos tipos civilizados, a todos sobreleva em beleza d’alma e corpo”.<sup>15</sup> Ao contrário desta idealização utópica, Lobato apresenta uma cruel realidade formada por um sertanista moderno, “um selvagem real, feio e brutesco, anguloso e desinteressante, tão incapaz, muscularmente, de arrancar uma palmeira, como incapaz, moralmente, de amar Ceci”.<sup>16</sup>

Na verdade, sugere Lobato, Peri não morreu, evoluiu, metamorfoseou-se. Ele ressurgiu sob a forma de outro sujeito, com outro nome; o “indianismo” foi substituído por “caboclisto”, sendo que “o cocar de penas de arara passou a chapéu de palha rebatido à testa; a ocará virou rancho de sapé: o tacape afilou, criou gatilho, deitou ouvido e é hoje espingarda troxada; o boré descaiu lamentavelmente para pio de inambu; a tanga ascendeu a camisa aberta ao peito”.<sup>17</sup>

Mesmo assim, “o substrato psíquico não mudou”. Enquanto o “ser caboclo” era sinal de orgulho para “respeitáveis figurões”, na visão do jovem Lobato era um urupê que dificultava o avanço da civilização, da modernidade e do progresso; era uma espécie de gente nascida em solo brasileiro, um sertanejo que vegetava de cócoras, “incapaz de evolução, impenetrável ao progresso”. Era um sujeito apático e completamente alienado em relação aos grandes fatos políticos nacionais, mantendo-se de cócoras mesmo diante da proclamação da independência, da abolição da escravatura e da proclamação da República; não sabia se quer o que era pátria e o sentimento patriótico lhe era desconhecido. Nada o “espertava”, nem mesmo uma “ferrotoada”, pois sua grande preocupação era “espremer todas as conseqüências da lei do menor esforço”. O fato mais importante de sua vida, narra Lobato, era, “sem dúvida, votar no governo”.<sup>18</sup>

No meio da natureza brasílica, tão rica de formas e cores, onde os ipês floridos derramam feitiços no ambiente e a inflorescência dos cedros, às primeiras chuvas de setembro, abre a dança dos tangarás; onde há abelhas de sol, esmeraldas vivas, cigarras, sabiás, luz, cor, perfume, vida dionísica em escachão permanente, o caboclo é o sombrio urupê de pau podre a modorrar silenciosamente no recesso das grotas.

Só ele não fala, não canta, não ri, não ama.  
Só ele, no meio de tanta vida, não vive...<sup>19</sup>

---

<sup>15</sup> Ibid., p. 165.

<sup>16</sup> Ibid., p. 166.

<sup>17</sup> Ibid., p. 166.

<sup>18</sup> Ibid., p. 167-172.

<sup>19</sup> Ibid., p. 176.

Na visão dos primeiros modernistas republicanos, *Jeca Tatu*, que na primeira metade do século XX representava a condição de vida da maioria do povo brasileiro, era fruto de um passado colonial que precisava ser superado e esquecido; *Jeca* representava a figura típica de um Brasil da “idade das trevas”, ou seja, um Brasil colonial que os modernistas queriam esquecer extinguindo todos os vestígios que o identificasse com esse período. Ele surgiu a partir do momento que se idealizou um Brasil Moderno, um Brasil que deveria redirecionar sua trajetória para o caminho da industrialização e da urbanização. A partir do momento em que se formou e consolidou uma elite que se sentia preparada para dirigir essa nova locomotiva do progresso, intensificou-se um processo de educação dos passageiros da terceira classe, ou seja, por meio do Estado difundiu-se um conjunto de programas visando a formação civilizadora, moralizadora e disciplinada do trabalhador moderno, seja o trabalhador rural, seja o operário da indústria.

### **Bibliografia**

- AMARAL, Luis. *História geral da agricultura brasileira*. São Paulo: Companhia Editora Nacional/Brasiliana/Biblioteca Pedagógica Brasileira, vol. 160, 1939.
- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Tradução de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, v. 1, 1993.
- \_\_\_\_\_. *O processo civilizador: formação do Estado e civilização*. Tradução de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, v. 2, 1994.
- FREIRE, Japi. *Que sabe você sobre o Brasil*. Rio de Janeiro: Direitos de Conquista, v. 07, 1966.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26.<sup>a</sup> ed. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.
- LOBATO, Monteiro, 1882-1948. *Literatura comentada*. Biografia por Ruth Rocha; panorama da época por Ricardo Maranhão; seleção de textos, contextualização, notas, cronologia, características e exercícios por Marisa Lajolo. São Paulo: Abril Educação, 1981.
- LOBATO, Monteiro, 1882-1948. *Urupês*. 37.<sup>a</sup> edição revisada. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- TAUNAY, Carlos Augusto (1791-1867). *Manual do agricultor brasileiro*. Organização Rafael de Bivar Marquese. São Paulo: companhia das Letras, 2001.